INSTITUTO VALE DO CRICARÉ
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DAIANA FÁVERO ANDRADE
JANNE DE LIMA ZECHINELLI

O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO: O CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB (AGÊNCIA EM SÃO MATEUS).

SÃO MATEUS – ES
2010

DAIANA FÁVERO ANDRADE

JANNE DE LIMA ZECHINELLI

O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO: O CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB (AGÊNCIA EM SÃO MATEUS).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Msc. Genésio Moreira Filho.

SÃO MATEUS – ES

2010

DAIANA FÁVERO ANDRADE
JANNE DE LIMA ZECHINELLI

O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO: O CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB (AGÊNCIA EM SÃO MATEUS).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 08 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

_____

PROF. MSC. GENÉSIO MOREIRA FILHO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
ORIENTADOR

_____

PROF. LILIAM MENDES VANELI
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

_____

PROF. MARCOS ROBERTO RODRIGUES
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

Dedicamos à nossas famílias e namorados, que compreenderam os momentos de ausência e euforia, nesse período de turbulências e realizações em nossas vidas.

Agradecemos primeiramente a Deus, por ter nos proporcionado força e animação para chegarmos até aqui. Aos nossos orientadores Gleison Marcos Nimer e Genésio Moreira Filho, por contribuir na realização deste nosso trabalho.

“Se uma grande pedra se atravessa no caminho e vinte pessoas querem passar, não conseguirão se por um a procuram remover individualmente. Mas se vinte pessoas se unem e fazem a força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos.”

(Pe. Theodor Amstad)

RESUMO

O foco principal é o cooperativismo de crédito e a auditoria interna, a cerca de seus princípios, os aspectos legais que dão origem e norteia o cooperativismo, o tratamento do segmento cooperativo, a forma de constituição, e enfim o trabalho apresenta um pouco do cooperativismo de crédito no Estado do Espírito Santo, mostrando sua evolução e sua importância no cenário Estadual, além de aplicar a funcionalidade da auditoria interna dentro desse sistema. Inicia a partir de uma pesquisa bibliográfica o entendimento sobre o cooperativismo em geral, do cooperativismo de crédito e da auditoria, analisa os pontos que permeiam as essas sociedades e a essa atividade. A pesquisa apresenta o entendimento e a utilidade da auditoria para os colaboradores da Cooperativa de Crédito Sicoob, Agência em São Mateus, buscando concluir quão importante é essa ferramenta dentro da cooperativa de crédito, especificamente no Sicoob. Através desse contexto, procura-se identificar a idéia, o auxilio e a relevância da ferramenta Auditoria Interna dentro do cooperativismo de crédito.

Palavras-chave: Cooperativismo, Cooperativa de Crédito, Auditoria.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – SEXO DO ENTREVISTADO.....32

GRÁFICO 2 – IDADE DO ENTREVISTADO.....32

GRÁFICO 3 – GRAU DE ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO.....33

GRÁFICO 4 – TEMPO QUE TRABALHA NO SICOOB 33

GRÁFICO 5 – SETOR QUE TRABALHA NO SICOOB.....34

GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO EM ALGUM PROCESSO DE AUDITORIA.....35

GRÁFICO 7 – CONCEPÇÃO SOBRE AUDITORIA 35

GRÁFICO 8 – DIRETRIZES CLARAS NO MANUAL ACERCA DOS OBJETIVOS DO SICOOB 36

GRÁFICO 9 – OBJETIVO DA AUDITORIA INTERNA NA VISÃO DO FUNCIONÁRIO 36

GRÁFICO 10 – CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NOS SETORES.....37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO NORMATIVA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS... 17

QUADRO 2 – LINHA DO TEMPO 29

QUADRO 3 – SISTEMA SICOOB 31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E SUA EVOLUÇÃO 12

1.1 A COOPERATIVAS DE CRÉDITO 15

2 AUDITORIA 23

2.1 SURGIMENTO DA AUDITORIA 23

2.2 AUDITORIA NO BRASIL 24

2.3 AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA 24

2.4 ÓRGÃOS QUE REGULAMENTAM A AUDITORIA 26

2.5 A IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA ORGANIZAÇÃO 27

3 MATERIAIS E MÉTODOS 29

3.1 RESULTADOS OBTIDOS 31

CONCLUSÃO 38

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 39

APÊNDICES

APÊNDICE A 43

APÊNCIDE B 44

APÊNCIDE C 47

ANEXOS 49

INTRODUÇÃO

Muito se tem falado da existência do Sistema Cooperativista no Brasil e inúmeras formas de cooperação entre os homens foram experimentadas desde a antiguidade. O cooperativismo moderno, no entanto, na forma como hoje são conhecidas as sociedades cooperativas, surgiu em 1844, como um novo modelo de sociedade. Estuda-se no exposto as Cooperativas de crédito, modalidade esta que são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

No decorrer dos anos, as cooperativistas de crédito foram crescendo e evoluindo, passando por grandes mudanças e transformações. Sendo assim, a área contábil e a área operacional tiveram que ampliar seu campo de atuação e aprimorar cada vez mais suas técnicas, para poder ajustar-se a esse desenvolvimento. Atualmente, uma das técnicas contábeis, que vem se destacando é da auditoria. Com o trabalho de auditoria em caráter permanente, as Cooperativas de Crédito alcançam com mais segurança seus objetivos.

Auditoria interna é uma atividade destinada, entre outras coisas, a observar, indagar e questionar. Trata-se de um controle administrativo, cuja função é avaliar a eficiência e eficácia de outros controles. A auditoria interna é de suma importância para as organizações, desempenhando papel de grande relevância, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, servir de ferramenta de apoio à gestão e transmitir informações aos administradores, gestores e contadores sobre o desenvolvimento das atividades executadas.

Uma empresa que utiliza a ferramenta da auditoria interna é beneficiada na questão de liderança, eficácia na manutenção e criação de controle interno. Empresas que não dispõem de controle administrativo eficaz, utilizam-se da técnica da auditoria para controle.

A pesquisa se justifica pela situação problema encontrado na Cooperativa de Crédito no que se refere à percepção dos funcionários em relação à auditoria interna. Pontua-se a grande importância de se entender o papel da auditoria interna no tocante à gestão. Mais especificamente, verifica-se e aplica-se o problema na Cooperativa de Credito Sicoob, Agência São Mateus - ES.

Depreende-se, de observações empíricas, o seguinte questionamento: A auditoria interna nas cooperativas de crédito é vista como uma ferramenta de fiscalização e controle ou de apoio à gestão interna? A hipótese para responder tal questão está direcionada a uma ferramenta de fiscalização e controle vista por parte dos funcionários.

Observa-se que a ferramenta da auditoria é fonte de confiabilidade e de eficiência, o que deveria ser colocada como parte integrante do funcionamento de uma organização.

Objetiva-se identificar, a partir da percepção dos funcionários do Sicoob de São Mateus se a auditoria interna é vista como uma ferramenta de fiscalização e controle ou de apoio a gestão interna. Como objetivos específicos serão apresentados no elemento textual a história do cooperativismo e sua evolução. Também será apresentado o surgimento da auditoria e também a auditoria interna como instrumento de gestão. E finalizando, identificar a percepção dos funcionários em relação ao objetivo da auditoria interna.

Além de analisar a literatura sobre auditoria interna e cooperativas de crédito, fazendo uma relação com o tema em questão, será realizado um estudo de caso na Cooperativa de Crédito Sicoob em São Mateus - ES no intuito de identificar questões relacionadas ao papel da auditoria interna naquela instituição.

Para análise do tema em questão, será utilizado o método de pesquisa “indutivo”, uma vez que a realidade notada no Sicoob pode servir de base para se conhecer numa amplitude maior, a visão dos colaboradores de empresas sobre a auditoria ali implantada. Para levar a cabo o presente trabalho pretende-se também realizar uma pesquisa bibliográfica que será feita através de leitura e análise de livros, artigos, jornais, revistas e outros meios de informação que sirvam de base para uma reflexão teórica sobre o tema.

1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E SUA EVOLUÇÃO

O Cooperativismo teve início na cidade de Rochdale, na Inglaterra, em 22 de Dezembro de 1844. Durante a Revolução Industrial, existiam muitas fábricas cheias de operários saturados de necessidades, pois no momento em que as fábricas prosperavam, os trabalhadores viviam em situações miseráveis, realizando jornadas de trabalho abusivas, salários baixos, desemprego, fome e falta de reconhecimento profissional. Em meio a todos estes problemas, com o objetivo de vencer as dificuldades, operários resolveram se reunir para procurar uma solução, crédulos de que a união de seus esforços e trabalhos, através da cooperação poderia sobreviver à crise. Através da União de 28 tecelões (operários), foi criado um pequeno armazém cooperativo de consumo: a "Sociedade dos Eqüitativos Pioneiros de Rochdale". O objetivo do grupo era fornecer, a preços justos, produtos de consumo aos trabalhadores. Os antigos tecelões visavam à sociedade cooperativa como o início para atingir objetivos maiores, especialmente uma sociedade socialista baseada na democracia econômica.

O movimento cooperativista nasceu da necessidade de transformar a sociedade da época, através de uma ideologia fundamentada no igualitarismo, o movimento cooperativo passava a ser uma alternativa, para desligamento da sociedade capitalista no século XIX, para os pioneiros das cooperativas, a cooperação era um veículo pelo qual a exploração capitalista poderia ser substituída por uma sociedade justa e igualitária, podendo ser um instrumento de transformação da sociedade. O sistema cooperativo foi visto como uma “emancipação” dos trabalhadores oprimidos, sem valorização profissional, o mesmo passava maior confiança ao trabalhador, quando percebe que poderia transformar as relações socioeconômicas por meio de ações coletivas.

Visto que diante da necessidade da quebra de inúmeros paradigmas no sistema econômico e societário, e diante de uma “disputa” exagerada pelo crescimento financeiro individualista, as sociedades cooperativas não deixariam de participar de alterações e evoluções visíveis, desta forma ainda afirma Bulgarelli (2000, p. 17):

> [...] Apresenta-se, assim, o cooperativismo como um sistema reformista da sociedade que quer obter o justo preço, abolindo o intermediário e o assalariado, através da solidariedade e de ajuda mútua. Filosoficamente, o principal objetivo que aspira é o aperfeiçoamento moral do homem, pelo alto

> sentido ético da solidariedade, complementando na ação, pela melhoria econômica. [...].

No Brasil, a cooperação passou a ser observada desde a época da colonização portuguesa, surgindo o movimento cooperativista brasileiro no final do século XIX, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais e operários, para atender às suas necessidades. O movimento teve início na área urbana, e a partir de 1902, desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, muitos deles de origem alemã e italiana, os mesmos trouxeram de seus países uma grande bagagem cultural, os trabalhos associativos e a experiência de atividades familiares comunitárias, o que os motivaram a criação de cooperativas. Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros.

A sociedade cooperativa é uma forma de associação de pessoas que se unem voluntariamente em prol a um único objetivo, satisfazendo as necessidades pela qual foi instituída a cooperativa, podendo ser estas econômicas, sociais e culturais. Por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. É um sistema econômico que visa à ajuda mútua entre seus membros cooperados envolvidos fazendo das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riquezas, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas. O cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Fundamentado na união de pessoas e não no capital, tem como propósito atender às necessidades do grupo, buscar a satisfação conjunta e não o lucro. O movimento cooperativista tem como referencias fundamentais a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Diante da instituição da cooperativa pioneira de Rochdale, sete princípios do cooperativismo foram criados e estes funcionam como linhas de orientação, segundo os quais as cooperativas levam os seus valores a pratica. São eles:

- Adesão voluntária e livre;
- Gestão democrática;
- Participação econômica dos membros;

- Autonomia e independência;
- Educação, formação e informação;
- Intercooperação;
- Interesses pela comunidade.

Segundo Bulgarelli (2000, p. 12-13) as sociedades cooperativas defendem princípios cooperativistas essenciais:

> [...] Numa visão geral esses princípios exprimem o alto sentido social do sistema cooperativo. As cooperativas desta forma, se apresentam como entidades de inspiração democrática, em que o capital não constitui o determinante das participação associativa, mas, mero instrumento para realização dos seus objetivos; elas são dirigidas democraticamente e controladas por todos associados; não perseguem lucros e seus excedentes são distribuídos proporcionalmente às operações de cada associado; nelas se observa a neutralidade político-religiosa, o capital é remunerado por uma taxa mínima de juros e os hábito de economia dos associados são estimulados pelas aquisições a dinheiro, dando-se destaque ao aperfeiçoamento do homem, pela educação. [...].

Segundo o Art. 5º da lei Nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, esta que rege e defini a Política Nacional do Cooperativismo, as sociedades cooperativas têm por direito optar por qualquer gênero ao serviço, operação ou atividade, desde que tenha em sua razão social a expressão “cooperativa”. Desta forma, atualmente, diante de uma classificação geral, têm sido reconhecidos quatro tipos de cooperativas quanto a sua forma de atividade, sendo: Cooperativas de produção, Cooperativas de consumo, Cooperativas de Crédito e Cooperativas Mistas.

O cooperativismo brasileiro atualmente encontra-se estruturado, vinculado aos seus princípios, o país possui uma rede de representação, de serviços e intercomunicação entre as sociedades cooperativas, toda essa representatividade e trabalho são realizados pelo Sistema Cooperativista Brasileiro. Como órgão de execução, esta a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, em cada estado há uma organização singular, representando e trabalhando em beneficio ao sistema cooperativista.

> [...] À OCB cabe representar o Cooperativismo do Brasil em todas as instâncias; manter registro das cooperativas brasileiras; ser guardiã e defensora dos princípios e valores do Cooperativismo; contribuir para o aperfeiçoamento da legislação cooperativista; fomentar a criação de sociedades cooperativas; promover a integração das unidades cooperativas do Brasil, entre si e como os organismos de apoio ao Cooperativismo; relacionar-se com as entidades congêneres no exterior e com organismos internacionais. [...]. (MENEZES, 2004, p.61).

1.1 AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Após três anos do surgimento do Cooperativismo em 1844, surgia a cooperativa de crédito, esta tinha por objetivo desenvolver programas de assistência financeira e de prestação de serviços aos cooperados, com a finalidade de oferecer adequado atendimento às suas necessidades de crédito, contribuindo para torná-los independentes, realizando captação de depósitos, cheques, prestação de serviços, de cobrança, além de outras operações específicas, atribuídas e estabelecidas na legislação em vigor da referida organização. O pioneiro desta organização foi o alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen. A primeira cooperativa fundada por ele em 1864 chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenveirein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf), esta, assim como as de mais que Raiffeisen criou, era tipicamente rural, caracterizando responsabilidades ilimitadas e solidárias aos associados, singularizando a votação dos cooperados, independentemente de suas quotas parte integralizadas, limitando sua área de atuação, outras características das sociedades cooperativas de Raiffersen é a ausência de capital social, além da não distribuição de sobras positivas ou negativas. Nota-se que atualmente há cooperativas nestes mesmos moldes.

Nas cooperativas de crédito urbanas destacasse como pioneiro Herman Schulze, onde em 1856, organizou a primeira “associação de dinheiro antecipado”, também na Alemanha, essas passavam a ser conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch”, conhecidas atualmente como bancos populares, esta por sinal, diferentes da organização de Raiffeisen, prevêem o retorno das sobras liquidas proporcionalmente ao capital integralizado, sendo sua área de atuação “aberta”, além de seus dirigentes possuir remuneração (pró-labore).

Posteriormente a criação destas organizações alemãs, infundido pelos pioneiros, o italiano Luigi Luzzatti, organiza em Milão, a primeira cooperativa de crédito, os banco populares Luzzatti, deveriam ter a seguintes características:

- Capital Social dividido em quotas-partes de pequeno valor;
- Responsabilidade dos associados limitada ao valor da quota-parte sibscrita;
- Área de operação circunscrita ao território do município sede;
- Preferências às operações de menor valor e ao crédito pessoal sobre o de garantia real;

- Administração constituída por um conselho de administração composto por de pelo menos cinco membros.

Nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins, inspirado nos modelos de Raiffeisen e Schukze, passa a constituir uma cooperativa, porém com características distintas, a organização criada por Desjardins. Foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900, constituindo uma cooperativa de crédito mútuo, tinha como principal característica a existência de alguma espécie de vínculo entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como os de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, entre outros grupos.

Autores afirmam que a primeira sociedade brasileira a ter em sua denominação a palavra Cooperativa e possuir características semelhantes a cooperativa de crédito, foi a sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, então capital de Minas Gerais. A mesma era uma cooperativa de consumo, porém em seu estatuto social defendiam a existência de uma “caixa de auxílio e socorros”, que cobriria as necessidades e auxílios às viúvas pobres de associados entre outros benefícios (financeiros), desta forma essa “caixa de auxílios e socorros” gera semelhanças com a disponibilização de créditos das cooperativas mistas (sendo consideradas mistas as cooperativas que apresentam mais de um objeto de atividades) constituídas no século seguinte, desta forma, considera-se a cooperativa de Ouro Preto como a precursora das cooperativas mistas com seção de crédito no Brasil.

Há também referencias direcionada a uma Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, a sociedade possuía 1.003 sócios, que se denominavam “consórcios”, esta sociedade cuidava da educação, saúde e seguridade de seus “consórcios”, regendo-se indiscutivelmente pelos princípios cooperativistas.

Porém, apenas em 1902 foi constituída formalmente a primeira Cooperativa de Crédito Brasileira, instalada no município de Nova Petrópolis – RS, a Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petropolis, essa cooperativa seguia os princípios do pioneiro do cooperativismos de crédito na Alemanha Raiffeisen, atualmente continua em atividade, hoje com denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis.

Em 1906, no município de Lajeado (RS), foi constituída a primeira cooperativa de crédito inspirada no italiano Luzzatti, denominada Caixa Econômica de

Empréstimo de Lajeado, essa cooperativa continua em atividade, como a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado.

O cooperativismo de crédito cria uma galeria de normas que regem as mesmas desde sua implantação no Brasil, passando por varias transformação e alterações. Atualmente sem que deixe os princípios do cooperativismo, essas normas são introduzidas pela Lei 5.764 de 16 de dezembro 1971, que fixa as características do cooperativismo de crédito e define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Entretanto, outras Leis, pareceres e Resoluções, também são importantes para o cooperativismo, alguns desses documentos são analisados no quadro.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO NORMATIVA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS

Documento	**Descrição**
Resolução nº. 1.914, de 1992.	Essa resolução inaugurou uma nova fase na regulamentação do setor e foi antecedida de um procedimento que se mostrou eficaz e se firmou posteriormente como prática regular na condução de questões de regulação, que foi a constituição de grupo de trabalho coordenado pelo Banco Central e integrado por representantes do governo federal e do setor cooperativista, que teve por objetivo dar transparência ao processo, diagnosticar os problemas e propor soluções. Essa resolução resumiu as diversas normas então em vigor, abriu novas possibilidades operacionais e consolidou o modelo de cooperativa de crédito formado por segmentos profissionais, como as cooperativas formadas por médicos, ou de determinada atividade, como as cooperativas comerciais de determinado ramo.
Resolução nº. 2.099 de 1994	Limita as operações de depósitos (à vista e a prazo) ao quadro social. Por outro lado, autoriza a instalação do PACs e outras dependências.

Resolução nº. 2.193, de 1995.	Facultou a criação de bancos comerciais cooperativos, controlados por cooperativas de crédito, possibilitando o acesso direto do setor ao mercado financeiro, aos serviços de compensação e à conta de reservas bancárias.
Resolução nº. 2.608, de 1999.	Introduziu inovações significativas para a estruturação do setor cooperativo, para sua evolução técnica e operacional, bem como para o aumento do público alcançado por seus serviços, merecendo destaque o incentivo à estruturação do setor em sistemas integrados supervisionados por centrais de crédito responsáveis pelo controle, auditoria e capacitação técnica permanente dos quadros administrativos das singulares afiliadas.
Resolução nº. 2.771 de 2000	Mantém a existência somente de cooperativas segmentadas, de crédito rural e de crédito mútuo.
Resolução nº. 2.779 de 2000	Autoriza as instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural a atuarem como agentes financeiros do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). O Bancoob foi o primeiro banco privado do País a operar com recursos do Fundo, que tem no SICOOB, atualmente, o seu principal repassador de recursos no Espírito Santo.
Resolução nº. 2.788, de 2000.	Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito.
Resolução nº. 3.058, de 20 de dezembro de 2002.	Abriu a possibilidade da formação de cooperativas de pequenos empresários, microempresários e micro empreendedores, responsáveis pelos negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços , incluídas as atividades da área rural, dando, a esse segmento gerador da grande massa de emprego do país, a oportunidade de acesso a serviços financeiros adequados ás suas necessidades e, de sobra, suprindo parte de antiga demanda por créditos

	destinados a atividades produtivas.
Resolução nº. 3.106, de 2003.	Aprova o Regulamento que disciplina a constituição, a autorização para funcionamento, alterações estatutárias e cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. Aprovando a livre admissão de associados, esse avanço, além de permitir o efetivo desenvolvimento do setor, resultas em redução de certos tributos, o que amplia a capacidade de econômica das cooperativas de crédito.
Resolução nº. 3.140, de 2003.	Altera disposições relativas a requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias de cooperativas de crédito.
Resolução nº. 3.141, de 2003.	Altera disposições relativas aos requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento, a transferência de controle societário e a reorganização societária de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como ao exercício de cargos em órgãos estatutários de referidas instituições.
Resolução nº. 3.188 de 2004	Permite às cooperativas ter acesso à poupança rural, uma fonte de recursos estável e de baixo custo. Isso proporciona mais independência ao setor, uma vez que, quanto maior a captação de poupança, mais recursos há para serem aplicados no crédito rural.
Resolução nº. 3.242 de 2004	Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a operar com recursos de custeio (com as cooperativas ou com os bancos cooperativos). Essa medida quebrou o monopólio dos bancos comerciais oficias federais e ampliou consideravelmente a possibilidade de acesso das cooperativas de crédito a recursos do Pronaf Custeio
Resolução nº.	Autoriza a distribuição e a movimentação de quotas de fundos

3.309 de 2005	de investimento pelas cooperativas de crédito, permitindo que elas mantenham sua carteira atual, além de estimular ações com vistas ao incremento dessa modalidade de captação e de gestão de recursos.
Resolução nº. 3.321 de 2005	Consolida o conjunto de aberturas de cooperativas de livre admissão obtidas a partir de 1992 e, pela primeira vez, considera o patrimônio sistêmico (patrimônio de todas as cooperativas de um mesmo sistema) para fins de limites operacionais.
Resolução nº. 3.442 de 2007	Retrata o atual estatuto normativo do cooperativismo de crédito brasileiro. Aperfeiçoa a visão sistêmica e amplia o escopo operacional das instituições.
Lei nº.11.524, artigo 10 de 2007	Integra as cooperativas de crédito ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e determina o recolhimento de 2,5% sobre a folha de pagamento dos funcionários das cooperativas de crédito para essa instituição.
Lei Complementar 130 de 2009	Consolida e dá estabilidade ao marco regulatório das cooperativas de crédito, inovando em um conjunto de aspectos relacionados à gestão e à segurança, especialmente no que diz respeito ao aprimoramento das regras de convivência sistêmica.
Circular nº. 2.387, de 14 dezembro 1993.	Dispõe sobre as modificações no capital social, a constituição do Fundo de Reserva, a destinação das sobras e a compensação das perdas das cooperativas de crédito.
Circular nº. 3.196, de 17 julho 2003.	Dispõe sobre o cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos.
Circular nº. 3.201, de 20 agosto de 2003.	Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas cooperativas de crédito para instrução de processos.

Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil, 2006. Adaptado Sicoob ES 20 anos de desenvolvimento para o Espírito Santo, 2009.

Apesar das cooperativas de crédito serem instituições ligadas apenas ao micro-crédito e a um determinado grupo de mesma atividade econômica, são consideradas instituições financeiras, e, portanto seguem as mesmas normas aplicáveis as demais instituições financeiras mantidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As cooperativas de crédito distinguem-se das demais instituições financeiras porque praticam transações com seus cooperados, ou seja, pessoas ligadas à cooperativa, o que caracteriza esta operação como “Atos Cooperativos”. O artigo 79 da Lei n° 5.764 de 1971 estabelece que:

> *Art. 79.* Denomina-se atos cooperativos são os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.
> *Parágrafo único.* O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produtos ou mercadoria.

As cooperativas de crédito são instituições componentes do sistema financeiro nacional, porém tem como característica, atuar apenas com cooperados ou outras cooperativas, o que define essa prática como Ato Cooperativo. Quando uma cooperativa passa a fazer operações com pessoas ou outras instituições não ligadas ao cooperativismo, classificam essa prática como Atos Não-Cooperativos.

As cooperativas devem adotar obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Cooperativa", sendo vedada à utilização da palavra Banco. Tal observação é analisada no artigo 5 da Lei n°. 5.764 de 1971, estabelecendo que:

> *Art. 5ª.* As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão “cooperativa” em sua denominação.
> *Parágrafo único*. É vedado as cooperativas o uso da expressão “BANCO”.

Observa-se que as cooperativas de crédito em particular, vêm passando por mudanças que nunca antes foram tão profundas. Nos últimos anos, tal organização sofreu inúmeras modificações e dificilmente os paradigmas, crenças e processos permanecerão os mesmos, isto devido a grande concorrência, a era da competitividade, e apesar das cooperativas de Crédito não visarem lucro, são grandes incentivadoras para que os Bancos comerciais utilizem os mesmos métodos de uma cooperativa “O crédito fácil e barato”.

Maior competição, regulamentação, reposicionamento estratégico e tecnologia sintetizam as tendências contemporâneas. Neste contexto, as palavras de ordem passam a ser: mais e melhores produtos, qualidade nos

serviços/atendimento, profissionalização e criação de valor. Assim, torna-se imprescindível para as pessoas que atuam no sistema (dirigentes, funcionários e também cooperados), a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades, postura e atitudes que as tornem aptas a concretizarem os objetivos presentes e aqueles projetados para o futuro. Além de a própria organização estar sempre em busca da realização do trabalho de forma eficaz, utilizado das melhores ferramentas de gestão.

2 AUDITORIA

A auditoria tem experimentado uma forte evolução nos últimos anos. Há um acréscimo importante de conhecimentos em todos os campos que a envolvem, direta ou indiretamente, a contabilidade e os demais setores de uma empresa. Atualmente é vista,

> [...] como um instrumento de controle administrativo que se destaca como ponto de convergência de todos os efeitos, fatos e informações originados dos diversos segmentos de uma empresa, a contabilidade matem estreita conexões com os modernos sistemas de auditorias, cuja a finalidade é avaliar as informações contábeis, no sentido de que sejam confiáveis, adequadas, totais e seguras [...]. (ATTIE, 1998, p.19).

2.1 SURGIMENTO DA AUDITORIA

No início as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com o crescimento do mercado e grande concorrência, houve-se a necessidade das empresas ampliarem suas instalações e investirem em desenvolvimentos tecnológicos e no aprimoramento dos controles internos em geral, visando redução de custos e tornando mais competitivos seus produtos no mercado. Para se processar toda essa mudança seria necessário um volume enorme de recursos impossível de ser adquirido por meio da lucratividade da empresa, tendo assim que obter esses recursos por meio de terceiros, principalmente com empréstimos bancários em longo prazo e também abrindo seu capital a novos acionistas. No entanto era necessário os futuros investidores conhecerem a capacidade financeira da empresa, e para se ter esse conhecimento era necessário a avaliação da segurança, a liquidez e a rentabilidade de seus investimentos. E para se obter tudo isso eram necessárias informações através das demonstrações do resultado do exercício, as demonstrações das origens e recursos e as notas explicativas. Por motivo de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, os futuros investidores exigiram que fossem contratados profissionais capacitados e independentes da empresa, para captarem esses tipos de informação.

> Em 1285, na Inglaterra, no reinado de Eduardo I, evidenciou-se essa pratica, como também o uso pela primeira vez do termo auditor para designar aquele que realizava o exame de contas publicas e servia como testemunha para elevar a punição, aos passiveis infratores. (SÁ, 1980, p. 15).

A Inglaterra foi o berço do surgimento da auditoria e com isso,

> No século XVIII, na Inglaterra com a Revolução Industrial, houve grande desenvolvimento da auditoria mediante o surgimento das grandes empresas da necessidade por parte dos investidores de acompanhamento do capital investido. O trabalho da auditoria tornou-se praticamente obrigatório e difundido no mundo todo. (FRANCO & MARRA, 1982, p.30).

2.2 AUDITORIA NO BRASIL

A auditoria teve papel importante no Brasil, conforme exposta por Jund (2004, p. 5) ela:

> [...] Apesar de formalmente organizada em 26 de março de 1957, quando formado o Instituto de Contadores Públicos no Brasil, em São Paulo, a auditoria foi oficialmente reconhecida apenas em 1968, por ato do Banco Central do Brasil. O fortalecimento da atividade, todavia ocorreu em 1972, por regulamentação do Banco Central do Brasil, Conselho Federal de Contabilidade e pela formação de um órgão nacional para congregação e auto disciplinação dos profissionais, o Instituto de Auditores Independentes do Brasil [...].

Deve-se a influências de empresas estrangeiras, financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais.

O poder público também foi de grande participação na criação da auditoria independente no Brasil, através da criação de várias leis que obrigam a existência da auditoria na figura do auditor independente.

Em 1976, com a criação da Lei 6.385 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ficou estabelecida que todas as sociedades por ações serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados no CVM, alem disso estabeleceu que os auditores ou empresas de auditoria contábil responderão, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo de sua função.

2.3 AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA

Auditoria externa consiste em empresas de auditoria que são inteiramente independentes das empresas que eles examinam.

> [...] Auditoria externa é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vinculo de emprego com a entidade auditada que poderá ser contratado para a auditoria permanente ou eventual [...]. (FRANCO & MARRA, 2001, p. 218).

A auditoria constitui um conjunto de:

> [...] procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação com que estes representam à posição patrimonial e financeira, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante as normas brasileiras de contabilidade. [...]. (CREPALDI, 2000, p. 48).

Diante destes conceitos entende-se que a auditoria externa, é a forma de a empresa administrar seus recursos, através de profissionais independentes qualificados e estruturados para emissão de pareceres sobre o respectivo andamento contábil da mesma.

Auditoria interna por sua vez é responsável por assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, obtendo análises, avaliações e comentários sobre as atividades auditadas. É exercida por funcionários da própria empresa e são regidos pelo regime interno da empresa onde trabalham. A auditoria interna se constitui em uma ferramenta capaz de fazer introduzir uma efetiva mudança no contexto gerencial das organizações, no momento em que se comporta auxiliando na evolução dos sistemas tradicionais de gestão empresarial, redirecionando a ótica empresarial, para a necessidade de mecanismos auxiliares capazes de fazer aumentar a qualidade da informação produzida nos círculos produtivos.

O ponto forte do auditor interno é que o mesmo convive o ano todo dentro da empresa, se familiarizando assim mais fácil com o sistema e os problemas da mesma.

O auditor externo examina as demonstrações contábeis de acordo com as normas da auditoria geralmente aceitas. Não é o objetivo principal de o auditor independente detectar possíveis erros e fraudes (roubos) no sistema de controle interno da empresa, esses podem até chegar ao seu conhecimento durante a execução do seu serviço, mas não sendo assim o foco principal. Mesmo assim se ele fosse dirigir seu trabalho para esse lado, ficaria difícil detectar irregularidades não registradas, um exemplo seria se o contador recebesse certa quantia por fora e a nota fiscal não for retirada.

Cabe ao auditor interno a verificação de possíveis erros e fraudes, no sistema de controles internos. Buscando sempre a melhoria no sistema para se reduzirem os erros, ou até mesmo fraudes no sistema.

2.4 ÓRGÃOS QUE REGULAMENTAM A AUDITORIA

Abaixo estão relacionados os órgãos reguladores da auditoria.

- CVM: A Comissão de Valores Mobiliários, de acordo com a lei 6385/76 exercera suas funções a fim de: proteger os titulares de valores mobiliários conta criação irregulares de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários; Controlar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; Impedir modalidades de fraudes ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliares negociados no mercado; Estimular a criação de poupanças e sua aplicação em valores mobiliários; Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações de capital social das companhias abertas.
- IBRACON: O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil surgiu com o objetivo de focar em um único órgão as representatividades dos profissionais de auditoria e também dos estudantes de ciências contábeis. A seriedade desse trabalho reconhecida por vários órgãos como a CVM e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) serve como sustentação para as normas que cada uma dessas entidades emite. Criado em 13 de dezembro de 1971 o IBRACON, antes conhecido como IAIB, realizou o sonho de muitos profissionais que buscavam sua representatividade perante o poder publico e a sociedade. A transformação da sigla para IBRACON aconteceu em 1º de Julho de 1982, quando o conselho resolveu em assembléia que todos os profissionais de contabilidade pudessem se associar, ficando conhecida então como Instituto Brasileiro de Contadores. Anos mais tardes em 8 de julho de 2001, a Diretoria Nacional aprovou a idéia de voltar a cuidar da classe dos auditores. Como a sigla IBRACON já estava formada, decidiram que não iriam altera, modificando somente o significado para Instituto de Auditores Independentes do Brasil.
- CRC: O Conselho Regional de Contabilidade por ser um órgão regional é regido pelo Conselho Federal de Contabilidade, sua finalidade maior é a fiscalização da profissão do contador, portanto para o escritório de

contabilidade estar funcionando é necessário estar registrado no CRC. De um lado o CRC busca a prevenção de erros e de outro pode ser como aspecto punitivo que objetiva levantar as irregularidades buscando o aprimoramento de exercício da profissão contábil.

- CFC: O Conselho Federal de Contabilidade foi criado pelo decreto nº 9.295 de 27 de maio de 1946, é uma Autarquia Especial Coorporativa dotada de personalidade jurídica. O CFC é formado por um representante de cada estado e do Distrito Federal, composto por 27 Conselheiros Efetivos é o mesmo números de suplentes e sua principal finalidade orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão do contador, por meio dos conselheiros Regionais; decidir em ultima interesse, os recursos de penalidade impostas pelo conselho regional, alem de regular a cerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de contabilidade de natureza técnica e profissional.
- AUDIBRA: O Instituto de Auditores Internos do Brasil foi fundado em 20 do novembro de 1960, é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos; seu principal objetivo é promover o desenvolvimento da auditoria interna, através de intercâmbios de idéias, reuniões, conferencias. Os membros da AUDIBRA são divididos em três classes: Membros efetivos: são aceitos somente auditores internos; Membros associados: são compostos por auditores independentes, educadores dentre outros, mas não podem qualificar-se como membros efetivos; Membros honorários: composto por pessoas que por grandes serviços prestados a auditoria interna ou ao instituto que mereçam distinção por recomendação da diretoria e aprovação do conselho deliberativo.

2.5 – A IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA ORGANIZAÇÃO

O controle interno dentro de uma organização representa um instrumento destinado a fiscalização, vigilância e verificação administrativa. Assim,

> [...] Para que se verifique a importância do controle é oportuno analisar o crescimento e a diversificação de uma empresa. Se pudermos identificar uma empresa em fase inicial, verificamos que o dono é o ponto referencial do controle, é ele quem analisa e contrata praticamente todos os

> seguimentos da empresa; verifica a pontualidade dos funcionários, a fabricação e o padrão de qualidades dos produtos, etc. [...] (ATTIE, 1998, p.113).

A partir do momento que a empresa começa a crescer não se torna mais viável que seu dono sozinho controle todas as informações e transformações, delegando assim essas funções a outros funcionários da empresa, que por sua vez utilizam de relatórios que reflitam a gestão das operações.

Um adequado sistema de controle interno ajuda a evitar que funcionários venham querem tirar proveito da entidade, previne que os mesmo caiam em tentação dados a possíveis problemas pessoais ou financeiros.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para análise do tema em questão, foi utilizado o método de pesquisas e entrevistas na Cooperativa de Crédito Sicoob – Agência em São Mateus, ES. Sendo assim, o levantamento dos dados foi realizado junto aos funcionários do Siccob em São Mateus – ES no mês de outubro, através de pesquisa de campo e a ferramenta usada foi aplicação de um questionário fechado contendo 10 questões. O mesmo foi realizado com 10 funcionários.

No ramo de crédito, além dos demais ramos do cooperativismo, o Estado do Espírito Santo vem amadurecendo a idéia de que o cooperativismo é o propulsor do desenvolvimento da economia. O SICOOB (Sistema Cooperativista Brasileiro) atualmente contribui de maneira efetiva para o êxito econômico e social atual, evidenciando o quanto é essencial o crédito para a evolução dos negócios, sendo eles pequenos ou grandes. O SICOOB - ES desde 1989, data de sua fundação, trabalha como referencia para diversas cooperativas de credito que buscam adaptar-se ao seu modelo de gestão, sendo que o sistema tem como prioridade a capacitação de seus funcionários, gestores e dirigentes, isto pode ser analisado como o ponto forte da credibilidade, da eficiência e de todo reconhecimento obtido pelo SICOOB.

Vale destacar, que para o êxito atual o Sistema passou por varias transformações e evoluções. Tal evolução pode ser analisada na linha do tempo abaixo descrita:

QUADRO 2 – LINHA DO TEMPO

LINHA DO TEMPO		
1º	Ano 1844	Os ingleses consolidam o cooperativismo nos moldes em que ele funciona atualmente
2º	Ano 1848	A primeira cooperativa de crédito rural do mundo é criada na Alemanha.
3º	Ano 1902	O padre jesuíta Theodor Amstad funda a primeira instituição brasileira do ramo, no Rio Grande do Sul.
4º	Ano 1986	Produtores de Pedro Canário criam a Cooperativa de Crédito Rural de Cristal do Norte, a pioneira do ramo no Espírito Santo.

5º	Ano 1989	São constituídas a maioria das cooperativas de crédito rural que compõem o SICOOB ES, inclusive o SICOOB Central, ente no dia 06 de junho.
6º	Ano 1990	A extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) deixa as cooperativas temporariamente sem o serviço de compensação de cheques.
7º	Ano 1995	As cooperativas de crédito hoje filiadas ao SICOOB adotam a bandeira SICREDI (Banco Comercial Cooperativo, central de crédito).
8º	Ano 1995	O Conselho Monetário Nacional autoriza a criação de bancos cooperativos.
9º	Ano 1997	Representantes de cooperativas de crédito de oito Estado, entre os quais o Espírito Santo, constitui o Bancoob. O primeiro cheque da nova instituição é emitido pelo SICOOB Norte Litorâneo.
10º	Ano 2000	As Cooperativas então afiliadas ao Sicredi no Espírito Santo passam a usar a marca SICOOB
11º	Ano 2001	O Bancoob é o primeiro banco privado do país autorizado a operar com recursos do Funcafé, distribuídos pelo Sistema Sicoob.
12º	Ano 2001	É constituída a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda (Sicoob Brasil)
13º	Ano 2002	O SICOOB ES passa a ocupar a posição de segundo maior investidor do credito rural capixaba.
14º	Ano 2006	As cooperativas de crédito rural do SICOOB ES são transformadas em instituições de livre admissão.
15º	Ano 2006	O SICOOB ES inaugura a primeira agência na Grande Vitória.
16º	Ano 2007	É aberta a primeira agência do Sistema na Capital capixaba.
17ª	Ano 2007	O volume de empréstimo realizado pelo SICOOB ES ultrapassa a casa do bilhão, chagando a quantia de R$ 1,2 bilhão.

Fonte: Adaptado SICOOB ES 20 anos de desenvolvimento para o Espírito Santo, 2009.

O SICOOB após alinhar os seus planejamentos estratégicos, envolvido com integração sistêmica, visando fortalecer o sistema, onde todas as cooperativas de crédito do País serão regidas pelos mesmos objetivos estratégicos, visão, missão e valores. Com isso o Sistema passa a ganhar mais força, credibilidade e representatividade no mercado econômico. As ações do sistema SICOOB devem ser realizadas por um plano comum e único, com conseqüente identificação das ameaças e oportunidades no mercado.

QUADRO 3 – SISTEMA SICOOB

Sistema SICOOB	
Objetivos Estratégicos	Aprendizado e crescimento, processos internos, associados, mercado, sociedade e gestão.
Visão	"Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados"
Missão	"Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades."
Valores	"Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade, responsabilidade."

Fonte: Adaptado SICOOB ES 20 anos de desenvolvimento para o Espírito Santo, 2009.

3.1 RESULTADOS OBTIDOS

Na elaboração do questionário de pesquisa, nas questões de 1 a 5, inicialmente procurou-se conhecer o público entrevistado. Como primeiro parâmetro obtido na pesquisa, visualizamos o sexo dos entrevistados, o que apontou que dos que responderam o questionário 70% são do sexo masculino e 30% do sexo feminino, como pode ser analisado no gráfico a seguir.

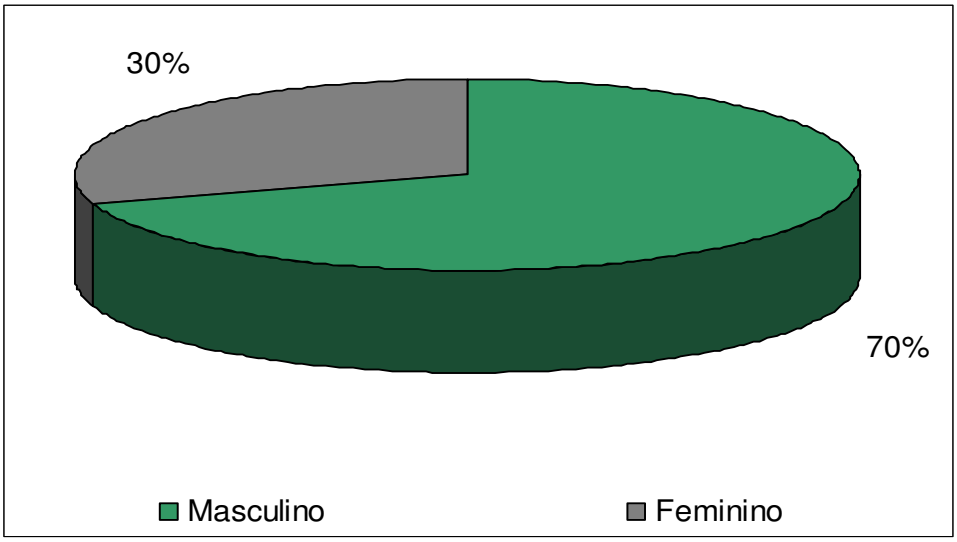

GRÁFICO 1: SEXO DO ENTREVISTADO

Verifica-se também no próximo gráfico, que 50% dos entrevistados são muito jovens, estando na faixa etária de 0 a 25 anos de idade. Outra parte, 40% está na faixa de 26 a 35 anos e apenas 10% está com idade entre 36 a 50 anos. São dados importantes que mostram que os jovens estão no mercado de trabalho e também interessados em um mercado novo e promissor que são as cooperativas de Crédito. Notamos ainda a disposição das Cooperativas de Crédito de absorver a mão-de-obra jovem, o que apresenta oportunidades para pessoas da faixa etária de maior composição

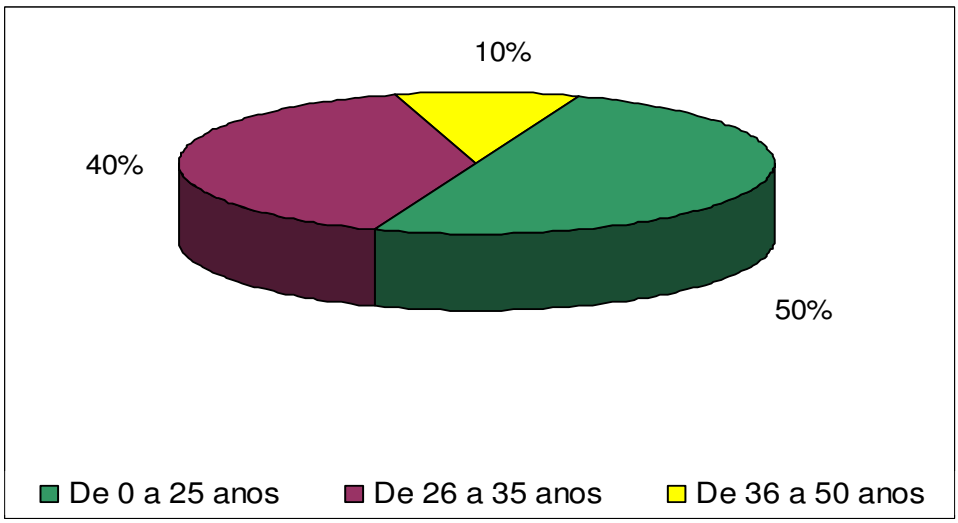

GRÁFICO 2: IDADE DO ENTREVISTADO

Além de a faixa etária ser relativamente baixa, por outro lado mostra que 60% já têm um grau de escolaridade avançado, ou seja, com nível superior completo. E 40% ainda não terminaram o nível superior, o que pode ser justificável pela baixa idade de muitos deles.

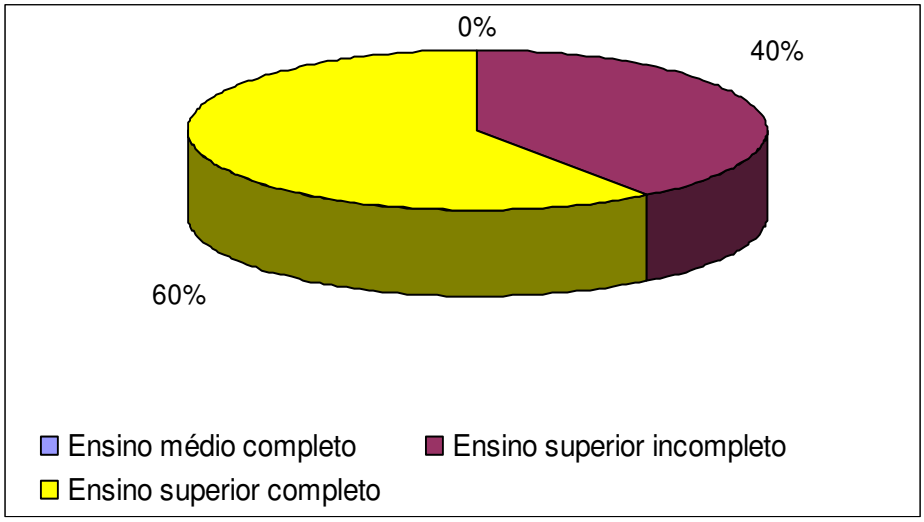

GRÁFICO 3: GRAU DE ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO

O próximo gráfico mostra que a maioria dos entrevistados já trabalha a alguns anos no Sicoob. Apenas 20% tem menos de 1 ano de empresa. Isso faz levar a crer que os mesmos já tem experiência e maturidade suficiente de entender os processos e missão do Sicoob.

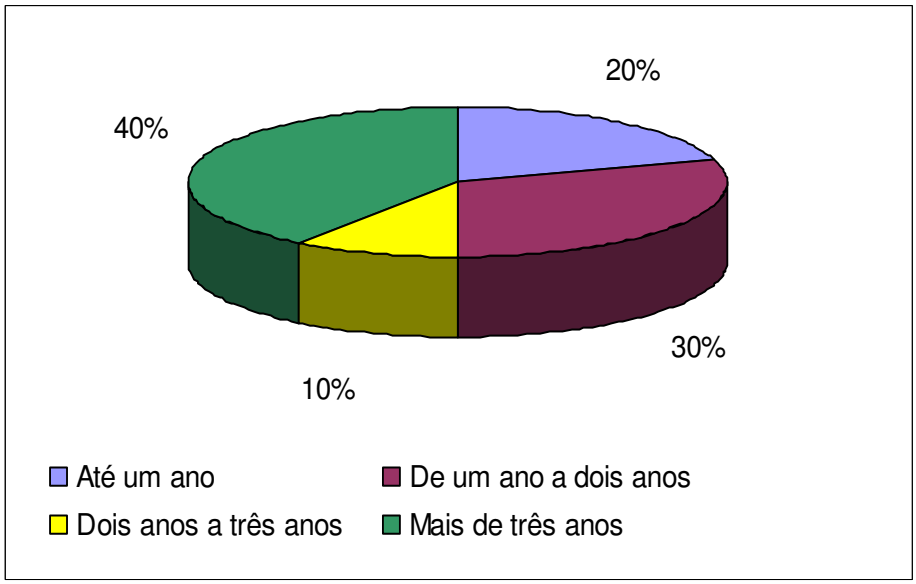

GRÁFICO 4: TEMPO QUE TRABALHA NO SICOOB

Abaixo se pode analisar que a pesquisa atingiu boa parte dos setores de trabalho do Sicoob. Destaque para o setor de atendimento e caixa, onde ambos contam com 30% dos entrevistados. Depois o setor de crédito com 20% e ficando o setor de seguros e a gerência com 10%.

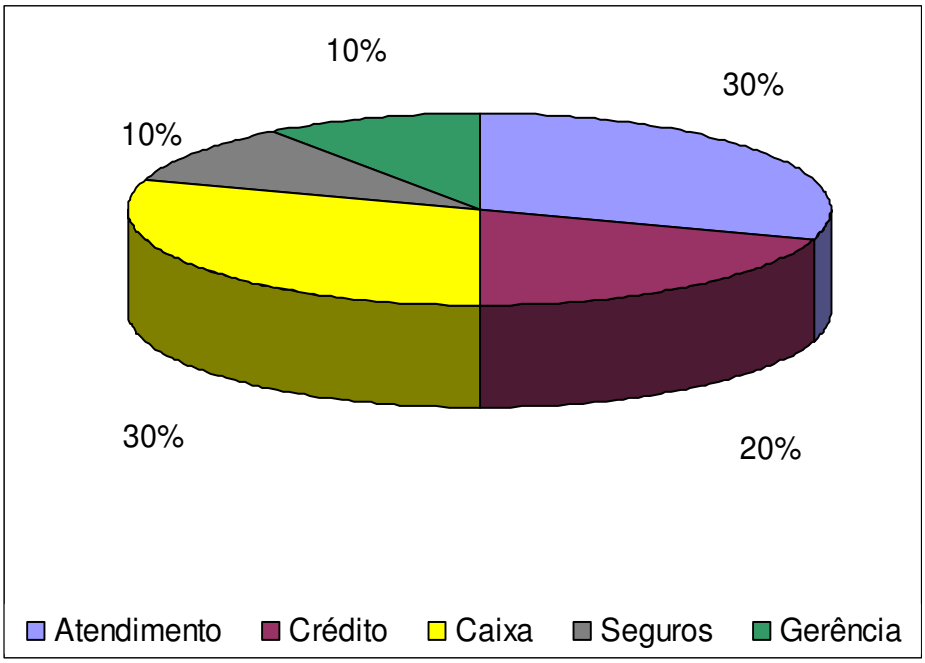

GRÁFICO 5: SETOR QUE TRABALHA NO SICOOB

Após conhecer o perfil dos entrevistados, no intuito de compreender melhor suas respostas, passou-se a uma segunda parte que nos reporta diretamente ao problema cerne deste trabalho. No próximo gráfico se pode perceber que a maioria dos entrevistados já teve participação em algum processo de auditoria em seu setor de trabalho. A partir desse gráfico há a certeza de que os funcionários sabem o que vem a ser uma auditoria, ou pelo menos seu processo de realização e as diretrizes gerais transmitidas pela instituição.

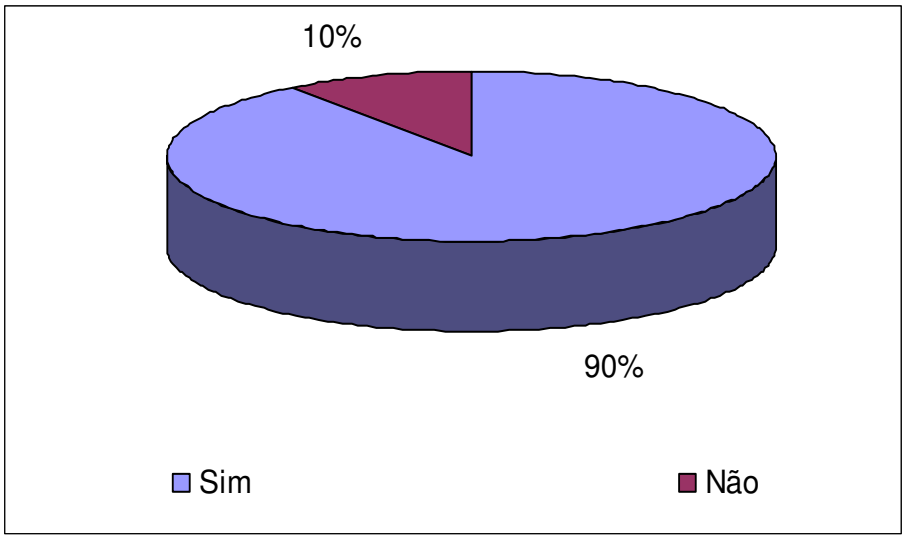

GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO EM ALGUM PROCESSO DE AUDITORIA

Partindo do conceito que a auditoria interna é responsável por assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, obtendo análises, avaliações e comentários sobre as atividades auditadas percebem-se no gráfico que os entrevistados comungam em parte com essa concepção. 50% deles têm a concepção que a auditoria é uma ferramenta de fiscalização, 30% como uma ferramenta de controle interno e 20% como uma ferramenta de análise de processos financeiros. Ninguém tem a concepção de ferramenta de controle de funcionários.

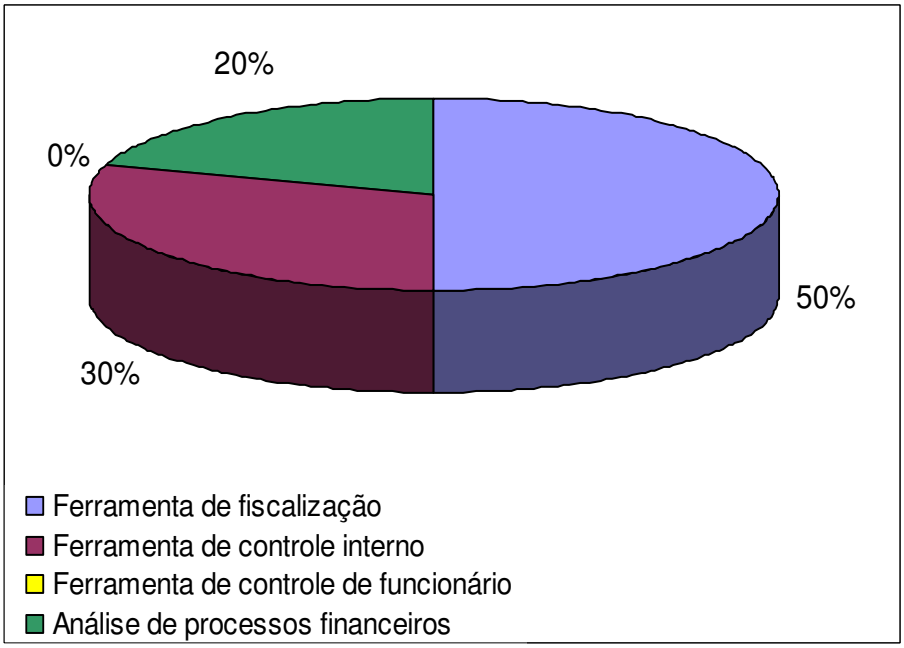

GRÁFICO 7: CONCEPÇÃO SOBRE AUDITORIA

Os entrevistados declararam conhecer em 100% o objetivo do Sicoob, conhecendo assim sua proposta de atuação e trabalho, como apresentado abaixo no gráfico.

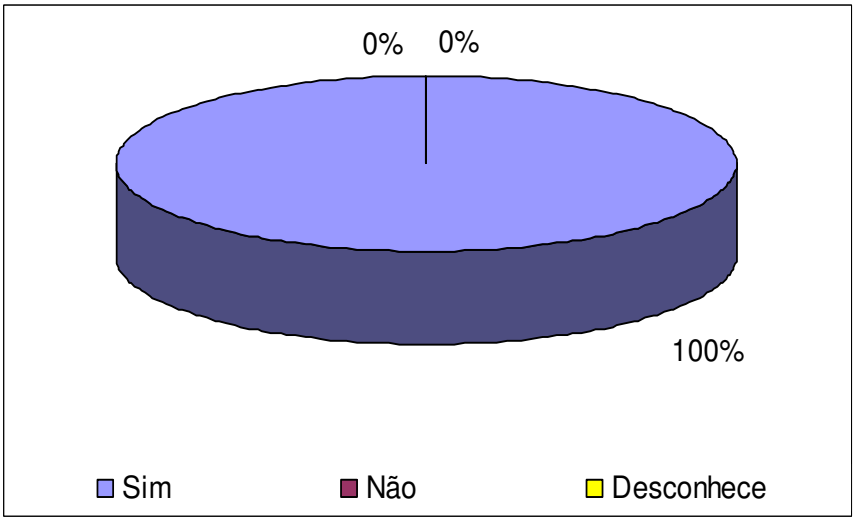

GRÁFICO 8: DIRETRIZES CLARAS NO MANUAL ACERCA DOS OBJETIVOS DO SICOOB

No gráfico seguinte apresenta-se os resultados obtidos sobre o objetivo da auditoria interna na visão do funcionário. Grande parte, 60%, responderam que o objetivo dela é de análise e melhoria dos processos. 20% responderam que é fiscalização e os outros 20% suporte a direção, como controle interno. Novamente não se obteve respostas na parte de controle e fiscalização de funcionários.

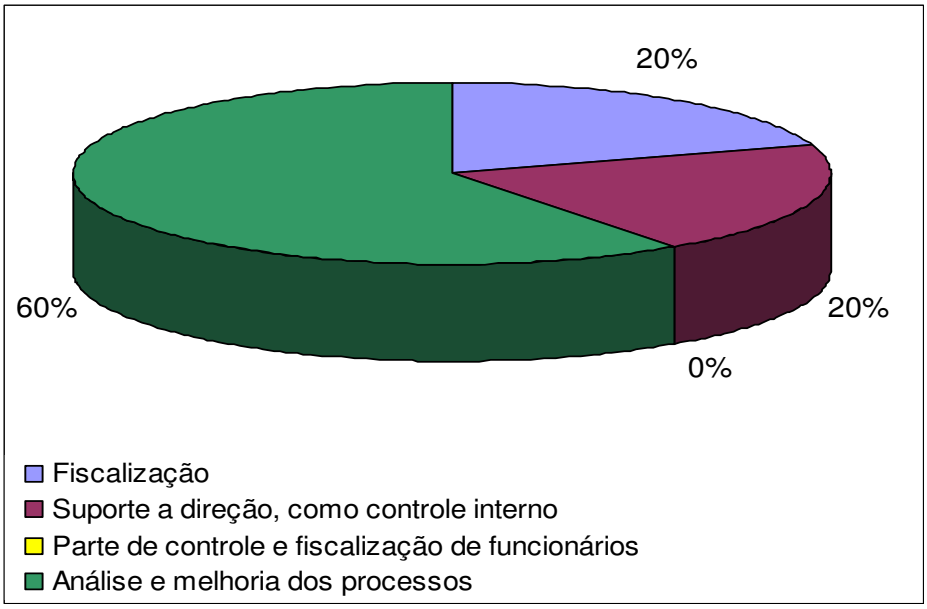

GRÁFICO 9: OBJETIVO DA AUDITORIA INTERNA NA VISÃO DO FUNCIONÁRIO

Diante da premissa que cabe ao auditor interno a verificação de possíveis erros e fraudes no sistema de controles internos e a busca da, pode ser visto no gráfico que os entrevistados concordam com essa idéia. Para 40% deles a contribuição da auditoria interna se faz no controle interno eficaz, para 30% no melhor funcionamento e para 30% na realização de atividades de forma eficiente com resultados eficazes.

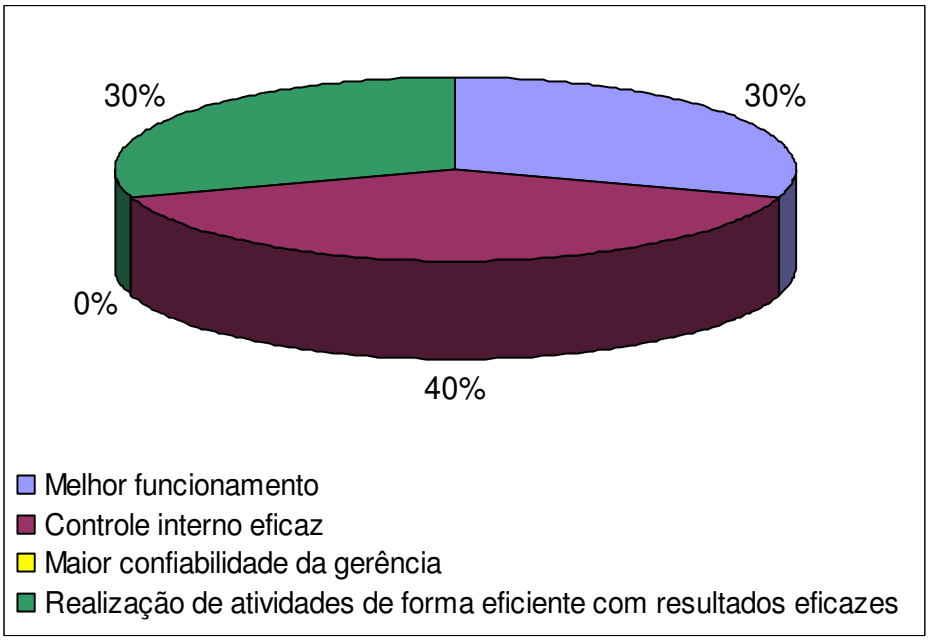

GRÁFICO 10: CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NOS SETORES

CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi verificar a visão dos funcionários de uma empresa sobre o papel da auditoria interna em empresas, a partir da percepção dos funcionários da Cooperativa de Crédito Sicoob, agência em São Mateus. Para isto foi aplicado um questionário nos setores abrangidos pelas auditorias internas.

Foi detectado que apesar da pouca idade dos entrevistados, o grau de escolaridade é bem alto, o que se pode concluir que há um avanço nesse quesito e mais um ponto forte da Cooperativa, o de dar oportunidade aos jovens.

Os resultados evidenciaram que a maioria já participou de algum processo de auditoria em seu setor e que também 80% dos entrevistados já atuam no Sicoob a mais de um ano. Estes números denotam que os funcionários são conhecedores dos objetivos e métodos utilizados na auditoria interna.

Os resultados apresentaram ainda que os funcionários tem, em sua maioria, uma visão correta dos objetivos da auditoria apresentados no referencial teórico deste trabalho, isto derrubou a hipótese que os funcionários viam a auditoria simplesmente como uma ferramenta de fiscalização e controle. Esta visão denota uma disposição para auditoria interna seja eficaz e cumpra seus objetivos. Faz-se no controle interno eficaz, no melhor funcionamento e na realização de atividades de forma eficiente e com resultados eficazes.

A idéia de que a auditoria é uma ferramenta de fiscalização também foi notada nas respostas obtidas, no entanto, num percentual menor do que se esperava, em contrapartida a resposta preponderante foi a de que a auditoria serve para análise e melhoria dos processos. Percebe-se que os resultados positivos alcançados pelas Cooperativas de Crédito, notada pela Linha do Tempo apresentada no corpo deste trabalho, podem vir também pela contribuição que auditoria propicia a este processo, salientando-se que a visão adequada que se percebeu no caso estudado contribui para o alcance dos objetivos da auditoria. Como ponto importante que observado por este trabalho, apresenta-se a importância do Sistema Cooperativista no desenvolvimento econômico e social do país, pois é fonte geradora de oportunidades para muitos jovens empreendedores e fomenta a produção e a comercialização desta produção e, por missão a fixação do homem no campo. Tais instituições não podem prescindir da auditoria interna que

tem papel fundamental no processo de evolução e de crescimento equilibrado de tais instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras - **Agenda legislativa do cooperativismo.** Edição comemorativa. Espírito Santo, 2010.

ATTIE, William. **Auditoria:** Conceitos e Aplicações. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BULGARELLI, Waldirio. **1930 – As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BULGARELLI, Waldirio. **Sociedades Comerciais:** Sociedades Civis e Sociedades Cooperativas; Empresas e estabelecimentos comerciais: estudos das sociedades comerciais e seus tipos, conceitos modernos de empresas e estabelecimento, subsídios para o estudo do direito empresarial, abordagem às sociedades civis e cooperativas. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade - Auditoria:** Origem, evolução e desenvolvimento da auditoria. Disponível em <http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesdestaques.jsp&cod=8157>. Acessado em 15 set. 2010.

JUND, Sergio. Auditoria: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 6. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria:** um curso moderno e completo. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. 6. Ed. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **AUDITORIA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.** Disponível em <http://www.acep.org.br/proaudi/gapa.pdf>. Acessado em 10 out. 2010.

POLINIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito:** o que é e quais seus benefícios. Stilo: Brasilia, 2004.

SICOOB – 20 ANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPÍRITO SANTO**,** Vitória, Ed. Vera Caser Comunicação, 2009.

REVISTA SICOOB – Brasília, Ed. Press Comunicação Empresarial, Ano 1- nº 1, – Jan/Fev/Mar 2010.

REVISTA SICOOB – Goiás/Tocantins/Distrito Federal, Ed. Interativa – nº 7 - Abr/Mai/Jun 2009

SILVA, Solange Fernandes da. **A importância do controle interno como suporte operacional a auditoria externa.** Disponível em <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F4ADAC9A7E86A8C903256FB6005E66EE/$File/NT000A4AAE.pdf>. Acessado em 21 set. 2010.

SILVA, Jonas. **Auditoria Interna.** Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-acedemica/auditoria-interna/488/>. Acessado em 22 out. 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 1982.

SÁ, A. Lopes de. Curso de auditoria. S. Paulo: Atlas, 1989.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO APLICADO PARA DEZ FUNCIONÁRIOS DO SICOOB - AGÊNGIA EM SÃO MATEUS - ES.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

FACULDADE VALE DO CRICARÉ - SÃO MATEUS – ES
GRADUAÇÃO EM CIENCIAS CONTÁBEIS

PESQUISA SOBRE UTILIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

São Mateus – ES., __ de Setembro de 2010.

Ao Sr.

_____

Prezado Senhor:

Estamos realizando uma pesquisa de campo sobre "Utilização da Auditoria Interna", com o objetivo de analisar a sua utilização na condução de Cooperativas.

Pedimos sua colaboração no sentido de responder ao questionário anexo, lembrando que todas as informações fornecidas neste questionário serão consideradas estritamente confidenciais e os dados reservados exclusivamente para subsídio à nossa pesquisa.

Caso seja de seu interesse, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição após a conclusão do trabalho.

Certos de vossa indispensável colaboração agradecemos antecipadamente.

_____

Alunos do 8º Período do Curso de Ciências Contábeis
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA DEZ FUNCIONÁRIOS DO SICOOB - AGÊNGIA EM SÃO MATEUS - ES.

FACULDADE VALE DO CRICARÉ - SÃO MATEUS – ES
GRADUAÇÃO EM CIENCIAS CONTÁBEIS

PESQUISA SOBRE UTILIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Perfil do Entrevistado

1. **Sexo :** ☐ Masculino ☐ Feminino

2. **Idade:**_____

3. **Formação:** ☐ Ensino médio incompleto ☐ Ensino médio completo ☐ Ensino superior incompleto ☐ Ensino Superior completo

4. **Tempo de admissão na cooperativa de crédito SICOOB agencia São Mateus:**

☐ Até um ano
☐ De um ano a dois anos.
☐ Dois anos a três anos
☐ Mais de três anos

5. **Em que setor que atua?**

☐ Atendimento

- [ ] Crédito
- [ ] Caixa
- [ ] Seguros
- [ ] Gerencia

6. Você como funcionário já participou de algum processo de auditoria em seu setor?

- [ ] Sim
- [ ] Não

7. Qual sua concepção sobre auditoria?

- [ ] Ferramenta de fiscalização
- [ ] Ferramenta de controle interno
- [ ] Ferramenta de controle de funcionário
- [ ] Analise de processos financeira

8. Existem diretrizes claras contidas em manual de procedimentos internos no SICOOB, sobre seus objetivos?

- [ ] Sim
- [ ] Não
- [ ] Desconhece

9. Qual o objetivo da auditoria interna realizada no SICOOB em sua visão?

- [ ] Fiscalização
- [ ] Suporte a direção, como controle interno
- [ ] Parte de controle e fiscalização de funcionários

- [ ] Análise e Melhoria dos processos

10. Qual a contribuição da auditoria interna para o seu setor?

- [ ] Melhor funcionamento
- [ ] Controle interno eficaz
- [ ] Maior confiabilidade da gerencia
- [ ] Realização de atividades de forma eficiente com resultados eficazes

APÊNDICE C – TABULAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Sexo do entrevistado		
Masculino	7	70%
Feminino	3	30%
Idade do entrevistado		
De 0 a 25 anos	5	50%
De 26 a 35 anos	4	40%
De 36 a 50 anos	1	10%
Formação do entrevistado		
Ensino médio completo	0	0%
Ensino superior incompleto	4	40%
Ensino superior completo	6	60%
Tempo de admissão na cooperativa de crédito Sicoob - Agencia em São Mateus		
Até um ano	2	20%
De um ano a dois anos	3	30%
Dois anos a três anos	1	10%
Mais de três anos	4	40%
Em que setor que atua?		
Atendimento	3	30%
Crédito	2	20%
Caixa	3	30%
Seguros	1	10%
Gerência	1	10%
Você como funcionário já participou de algum processo de auditoria em seu setor?		
Sim	9	90%
Não	1	10%
Qual sua concepção sobre auditoria?		
Ferramenta de fiscalização	5	50%
Ferramenta de controle interno	3	30%
Ferramenta de controle de funcionário	0	0%
Análise de processos financeiros	2	20%
Existem diretrizes claras contidas em manual de procedimentos internos no Sicoob, sobre seus objetivos?		
Sim	10	100%
Não	0	0%
Desconhece	0	0%
Qual o objetivo da auditoria interna realizada no Sicoob em sua visão?		
Fiscalização	2	20%
Suporte a direção, como controle interno	2	20%
Parte de controle e fiscalização de funcionários	0	0%
Análise e melhoria dos processos	6	60%

Qual a contribuição da auditoria interna para o seu setor?		
Melhor funcionamento	3	30%
Controle interno eficaz	4	40%
Maior confiabilidade da gerência	0	0%
Realização de atividades de forma eficiente com resultados eficazes	3	30%

ANEXOS